

CRÓNICA DO NOSSO ESTÁGIÁRIO

O ESCRIVÃO - MOÇAMBIQUE 1ª PARTE



RUBEM RIBEIRO JUNIOR

A República de Moçambique está localizada no sudeste do Continente Africano, na Região da África Austral. Banhada pelo Oceano Índico a leste, o país faz fronteira com a Tanzânia, Malawi, Zâmbia, Zimbabué, Suazilândia e África do Sul. Maputo, a capital, era conhecida como Lourenço Marques durante o período de dominação portuguesa. Ela é hoje a maior e principal cidade do país. A moeda local do Moçambique é o Maticial e a sua cotação gira em torno de \$1,00 CAD (dólares canadenses) por \$49,00 MT (metical).

O país possui ricos e extensos recursos naturais e a sua economia é baseada principalmente na agricultura. O sector industrial concentra-se principalmente na fabricação de alimentos, bebidas, produtos químicos, alumínio e petróleo e tem apresentado um importante crescimento. Moçambique conta também com um importante polo turístico. Entre seus parceiros comerciais, a África do Sul é o país com a maior participação nos negócios internacionais. Portugal, Brasil, Espanha e Bélgica também exercem papéis



importantes no desenvolvimento económico do país. As taxas de PIB per capita, índice de desenvolvimento humano (IDH), desigualdade de renda e expectativa de vida de Moçambique estão entre as piores do planeta. A Organização das Nações Unidas (ONU) considera Moçambique um dos países menos desenvolvidos do mundo.

A língua oficial de Moçambique é o português, que é falado principalmente como segunda língua por cerca de metade da população. Entre as línguas nativas mais comuns estão o macua, o tsonga e o sena. A população de cerca de 29 milhões de pessoas é composta predominantemente por povos bantos. A religião mais popular em Moçambique é o cristianismo, mas há uma presença significativa de seguidores do islamismo. O país é membro da União Africana, da Commonwealth Britânica, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), da União Latina, da Organização da Conferência Islâmica, da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral e da Organização Internacional da Francofonia.

História Colonial

Moçambique tornou-se independente no dia 25 de Junho de 1975, após uma guerra de independência que durou aproximadamente 10 anos. A história colonial do país começa em 1497, com a chegada de Vasco da Gama através das navegações. Na ocasião, já havia estabelecidos na colônia entrepostos comerciais árabes e uma grande

parte da população era adepta à fé islâmica.

A ocupação portuguesa no país foi conflituosa por muito tempo. Lutas de resistência eram frequentes. Diversos chefes rebeldes se destacaram ao longo da história colonial do país, tais como Mawewe, Muzila, Ngungunhane, Komala, Kuphula, Marave, Molid-Volay e Mataka. Por trás de cada um desses nomes existe uma história de luta e resistência contra uma exploração colonial que era basicamente apoiada sobre o binómio monocultura e escravidão. Uma certa pacificação só pôde ser alcançada a partir do início do século XX, mas esta não durou muito tempo, como veremos a seguir.

No plano das relações económicas entre Moçambique, Portugal e outros países, uma conjuntura peculiar se forma a partir dos últimos anos do século XIX. A escravatura fora abolida em 23 de fevereiro de 1869, quando foi decretada a extinção da escravatura em todos os domínios portugueses. De fato uma espécie de sentimento liberal invade o povo português no final do século XIX ao nível sociocultural, Portugal passa então a adotar princípios político-institucionais e jurídicos de um sistema democrático crescente e liberal que será expandido por quase todo o mundo. Nas colônias isto não seria uma exceção.

Apesar de abolida oficialmente a escravatura, a discriminação racial fora uma parte inerente da estrutura colonial portuguesa durante todo o período imperialista. Ela estava impregnada na legislação, nos regulamentos e nas instituições. Tratava-se da principal fonte da riqueza na nova economia. No fim do século XIX, as mais duras formas de exploração do trabalho da população faziam com que o negro não fosse tratado igual ao cidadão português. O problema da falta de mão-de-obra para empreendimentos capitalistas fora resolvido com o trabalho obrigatório do negro.

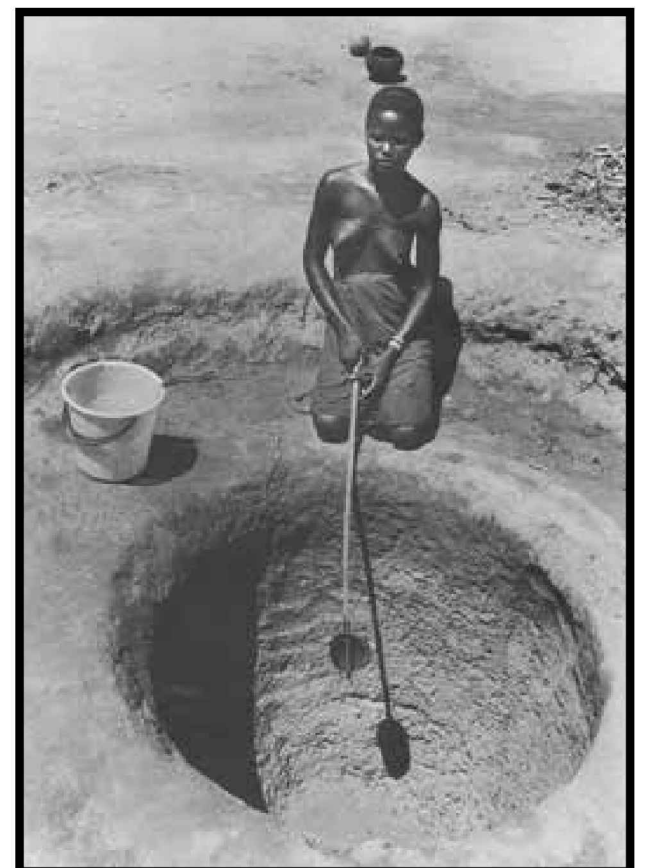
A influência económica de outras potências europeias no Moçambique

Nessa mesma época, Moçambique aparentemente não representava para Portugal uma fonte importante de matérias-primas. No final do século XIX, os produtos de Moçambique iam principalmente para países como a França, a África do Sul, a Grã-Bretanha e a Alemanha. Calcula-se que, nas décadas 1910 e 1920, em torno 5% a 6% (por cento) das exportações moçambicanas iam para Portugal, enquanto a África do Sul participava com 20% a 22% (por cento) das exportações do país na mesma época. Já o Império Britânico passou a ser, na ocasião, o maior fornecedor de têxteis. Portugal seria nesta época o principal fornecedor de vinhos para Moçambique.

O período fora marcado por um crescente nível



de investimentos estrangeiros que exportavam para Moçambique os equipamentos necessários para a plantações, para os portos e para os caminhos de ferro. Ocorre também um aumento significativo de empréstimos estrangeiros. O baixo nível de intercâmbio entre Portugal e Moçambique, bem como o fraco controle efetivo sobre as trocas da colônia com outros países resultará, nos primeiros anos do século XX, na utilização da libra esterlina nas trocas internacionais e até internas da colônia. A economia de Moçambique viria a ser recuperada entre os anos de 1885 e 1930 para servir exclusivamente aos interesses de uma burguesia europeia. Enquanto as demais colônias europeias estreitavam suas relações com os respetivos impérios, em Moçambique essa relação se enfraquecia. Entre 1930 e 1961, início do movimento nacionalista moçambicano, Portugal vai tentar de maneira insistente reforçar e proteger os interesses da sua burguesia. Essa nova dinâmica colonial do período imperialista fará crescer as cidades com portos, terminais de caminhos de ferro, centros de administração, comércio e indústria.



CRÓNICA DO NOSSO ESTÁGIARIO

O ESCRIVÃO - MOÇAMBIQUE 2ª PARTE

TEXTO: RUBEM RIBEIRO JR.

O início das organizações nacionalistas

No início da década de 60, o salário médio anual de um negro na indústria, em geral, era dez vezes menor do que o salário médio de um branco. Trocando em miúdos, 10 % da força de trabalho de trabalho industrial de Moçambique recebia 50 % dos salários. Na indústrias de energia eléctrica, 10 % dos trabalhadores eram brancos e recebiam 64 % dos salários. E na mineração, 2 % dos trabalhadores eram brancos e recebiam 19 % dos salários. Essas desigualdades, bastante aprofundadas estariam no cerne do sentimento nacionalista e do desejo de independência que passou a assolar o povo Moçambicano, já na década de 50. No campo da educação, o serviço separava negros de brancos (e assimilados). Para os brancos, a educação, como em Portugal, era oficial ou supervisio-



nada pelo estado. Os alunos tinham assegurado um auxílio económico, incluindo bolsas e passagens aéreas. Para os não brancos haviam importantes barreiras no acesso ao ensino, principalmente ao ensino secundário. É na educação que o movimento de contestação ganha vida. Em inícios de 1949, formou-se na cidade de Lourenço Marques o Núcleo dos Estudantes Secundários de Moçambique (NESAM). A organização pretendia representar os estudantes negros que conseguissem matricular-se nas escolas secundárias da colónia. O núcleo era visto pela organização colonial com o embrião de uma organização nacionalista e fora fortemente reprimido pela polícia colonial, que vigiava, prendia e interrogava seus membros e fundadores a fim de melhor entender a que se prestava a organização. Sem demorar muito, o Governo colonial implantaria a legislação repressiva portuguesa de 1949 que, entre outras medidas, estabeleceu o Conselho de Segurança Pública sob o controle do Governador-Geral e que tinha regras específicas e rigorosas de vigilância para os supostos «infratores».

É nesse contexto que nasce a luta dos camponeses e trabalhadores moçambicanos, determinada pela repressiva estrutura política e económica do colonialismo português que tratava os trabalhadores não brancos como força de trabalho para o capital, sendo a eles vedados os direitos políticos. O objetivo principal da administração colonial era estabelecer a submissão das populações colonizadas. A violência contra a população tinha um importante papel nesse contexto. Os nativos eram classificados como indígenas, régulos ou assimilados.

INÍCIO DA GUERRA DE DESCOLONIZAÇÃO

A repressiva estrutura política e económica do colonialismo português foi determinante para o surgimento da luta dos camponeses e trabalhadores moçambicanos. À medida que o colonialismo se

prolongava, a elite negra “assimilada” passava a ter cada vez mais consciência das diferenças entre ela e a elite rural tradicional portuguesa. Quanto mais próximos das zonas rurais, mais essa elite assimilada sentia o impacto do racismo quotidiano como os efeitos da exclusão económica. Mesmo que fossem tidos no papel como cidadãos portugueses, de facto os negros nunca podiam competir com os brancos em pé de igualdade. Foi nesse contexto que em 1961 Eduardo Mondlane, um funcionário das Nações Unidas, retorna dos Estados Unidos e planeja formar uma frente para organizar a luta armada. Em 1962, um ano após a independência da Tanzânia, Mondlane fundaria naquele país a Frente de Libertação de Moçambique - FRELIMO, frente que visava a reunir os grupos de moçambicanos do interior e dos países vizinhos que se opunham ao colonialismo português. A frente seria o mais importante movimento a lutar pela libertação do Moçambique. O grupo convergia diversos outros grupos cujo objetivo era o de libertar Moçambique. Mondlane fora assassinado na Tanzânia em 3 de Fevereiro de 1969 abrindo espaço para uma liderança tripartida, composta por Samora Machel, Marcelino dos Santos, Uria Simango. Em 1970 Samora Machel é finalmente eleito presidente da FRELIMO.

Em 7 de setembro de 1974 Samora Machel e Mario Soares, então Ministro de Negócios Estrangeiros de Portugal assinariam em Luzaka, na Zâmbia, o acordo de paz que acordaria a independência ao Moçambique.

GUERRA CIVIL

Após a assinatura do acordo que concedeu a independência a Moçambique, as cidades permaneciam vistas como um núcleo de colonialismo, sede do inimigo interno e lugar das piores perversões sociais, sob os olhos da FRELIMO. Inicia-se então uma luta puritana onde as prostitutas foram sistematicamente levadas a campos de reeducação. Pouco tempo depois da independência, várias pessoas seriam expulsas do comité central da FRELIMO por comportamentos sexuais considerados



inaceitáveis. Nesse contexto, nasce em Moçambique a Resistência Nacional Moçambicana - RENAMO, movimento apoiado pela África do Sul e com alinhamento ideológico voltado para o Oeste, ou seja, ligado aos Estados Unidos e que representava uma dissidência face ao messianismo protestante da FRELIMO.

Apenas dois anos após a assinatura dos acordos de independência, a país mergulhava numa guerra civil. Para além de intensificarem os ataques contra estradas, pontes e colunas de abastecimento dentro de Moçambique, a RENAMO criaria uma estação

de rádio que seria usada para difundir seus ideais e agir como contrapropaganda ou propaganda antigovernamental. O país mergulha em desespero e passa a contar com a ajuda do FMI para levantar recursos para combater os efeitos da fome e da seca que o assolam. Nessa época, Samora Machel, presidente desde 1975, restitui a pena de morte, numa tentativa de enfrentar as ameaças crescentes que ofereciam a RENAMO. Esta contava com amplo suporte internacional de países como a Rodésia e a África do Sul. O conflito se expande e em 1986 Samora Machel é morto em circunstâncias inexplicáveis após a queda do seu avião sobre o território sul-africano, quando ele retornava de uma cimeira em Luzaka na Zâmbia. A guerra só terminaria em 1992 com o Acordo Geral de Paz que seria assinado em Roma no dia 4 de Outubro daquele ano. Segundo o Acordo, o governo de Moçambique aceitaria o apoio da ONU para o desarmamento das tropas. Nesse contexto foi criada a ONUMOZ, força internacional que apoiou com um exército unificado a organização das primeiras eleições gerais multipartidárias em Moçambique, em 1994. Em 2013 as hostilidades entre a FRELIMO e a RENAMO parecem ter retornado à cena política moçambicana. Atualmente o Governo do Canadá lança um alerta de grande prudência para todos os viajantes às zonas de Palma, Mocimboa da Praia, Muidumbe, Macomia et Quissanga, todas localidades da província de Cabo Delgado por causa dos confrontos entre grupos armados, forças de ordem e residentes.

CATÁSTROFES NATURAIS

Moçambique vive hoje um estado de emergência por causa de dois ciclones tropicais que assolaram o país ao longo dos últimos 60 dias. Milhares de pessoas ficaram desabrigadas, centenas, quiçá milhares, foram mortas e o país sofre hoje com um surto de cólera, entre outras epidemias, fruto das inundações e da falta de saneamento básico. Diversos países e organizações internacionais se mobilizaram para ajudar Moçambique após o ciclone Iдай. O Canadá enviou \$3,5 milhões de dólares

para ajudar as vítimas da catástrofe e a Alemanha enviou 50 milhões de euros para ajudar o país na reconstrução após a catástrofe. Apenas cinco semanas após a passagem do ciclone Iдай, um outro ciclone tropical assolou o Norte do país na semana passada. O ciclone Keneth atingiu a região de Cabo Delgado com ventos de 140 km/h. Mais de 18.000 pessoas ficaram desabrigadas e 3.500 lares foram destruídos. Na região de Ibo, 95% das casas foram completamente destruídas. Os números são catastróficos. Trata-se da pior tempestade a assolar o país em toda a sua história.